

0465

FRASES

Terça-feira, 20-6-95

NEGOCIAR NÃO É FEIO, O QUE É FEIO É NÃO FAZÊ-LO ÀS CLARAS.

(Do presidente FHC, sobre as negociações que enfrentará durante discussão da reforma tributária.)

O RELACIONAMENTO DO BRASIL COM O MUNDO PASSA PELO FORTALECIMENTO DO MERCOSUL. TEMOS VOCAÇÃO DE GLOBAL TRADERS.

(Do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso.)

ACHO QUE ESTAMOS APRENDENDO A JOGAR NOVAMENTE CONTRA CUBA E ACREDITO QUE FAREMOS BOAS PARTIDAS.

(Do técnico da Seleção Brasileira de vôlei, José Roberto Guimarães, sobre o jogo contra Cuba.)

EM DETERMINADO MOMENTO, OS SÉRVIOS APARECERAM COM UMA BOLA DE FUTEBOL, PEDIRAM ALGUNS CONSELHOS E ME CONVIDARAM PARA JOGAR COM ELES.

(Do capitão Harley Alves, libertado domingo depois de 23 dias como refém dos sérvios na Bósnia.)

# Controle do Judiciário

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS



O PROBLEMA DA JUSTIÇA ESTÁ NA CARÊNCIA DE RECURSOS DO PODER JUDICIÁRIO E NA OBSOLESCÊNCIA DAS LEIS PROCESSUAIS

Por outro lado, não se deveria admitir, como ocorre hoje em dia, as ações e recursos meramente protelatórios, que entulham a Justiça, prejudicando os legítimos detentores de direitos e atrasando a celeridade perfeita da prestação jurisdicional, pelo excesso de processos.

Exemplo indiscutível dos recursos protelatórios que deveriam ser proibidos é o das ações de locação, em que o locatário, mesmo não tendo qualquer direito, pode atrasar por anos uma decisão final, apenas se utilizando dos meios processuais, o que mereceria ser atalhado. Para que se tenha noção da realidade existente, apenas a distribuição de uma apelação no Tribunal de Alçada Civil em São Paulo demora em torno de dez meses. À evidência, a culpa não é dos magistrados, que estão sobrecarregados, mas das leis processuais que permitem tal tipo de procedimento.

Acresce-se o problema dos quadros da magistratura. Sem recursos, o Poder Judiciário é carente de magistrados — só em São Paulo havendo 400 vagas não preenchidas — apesar dos sucessivos concursos, visto que a qualidade técnica e moral do candidato a ser avaliada não pode permitir exames apressados. Participei de bancas examinadoras de concursos para a Justiça Federal e Estadual e sei da rigidez das provas e do cuidado com o perfil ético do candidato. São concursos que, entre a primeira prova e a avaliação oral, duram quase meio ano.

O problema, portanto, é de falta de recursos e de leis obsoletas, que lembram os glosadores da Idade Média. O Poder Judiciário Federal tem um orçamento menor que a "Petros", entidade fechada de previdência privada, que cuida apenas da previdência dos funcionários da

Petrobrás!

A crítica maior que faço ao projeto de José Genoíno, todavia, reside no fato de se pretender controlar um Poder Técnico de forma "atécnica", quando não, política, podendo a mera suspeita sobre qualquer juiz, uma vez levada à imprensa, tornar aquele magistrado marcado para toda a vida, mesmo que inocente.

Por outro lado, é de se estranhar que o Poder Judiciário, que é técnico e de nível superior, por força dos requisitos exigidos nos concursos, pelos demais poderes possa ser controlado, não se criando um controle, também externo, dos poderes Executivo e Legislativo, visto que o Tribunal de Contas não o exerce, órgão vicário que é do Poder Legislativo.

Entendo que as críticas ao Poder Judiciário deveriam ser dirigidas aos fatores neste artigo apresentados, e não aos seus membros, que, por força de severa seleção, são mais preparados que os demais, já que, nas eleições, a demagogia e o poder econômico ou corporativo, muitas vezes, falam mais alto que o mérito dos candidatos.

Em que pese a qualidade do projeto de José Genoíno, sou contra, visto que não atinge as verdadeiras causas da crise do Poder Judiciário, que não é de homens, mas de recursos e de leis.

O AUTOR

Ives Gandra da Silva Martins é professor emérito da Universidade Mackenzie



## Chega de conversa mole